

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DO
ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Ao décimo nono dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:** -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação das actas da sessão ordinária de Junho, realizada no dia 30/06/2008; sessão ordinária de Setembro, realizada no dia 29/09/2008; sessão extraordinária de Outubro, realizada no dia 29/10/2008;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

----- **III– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

----- **Ponto dois:** Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto três:** Aumento do Capital Social do MLA – Matadouro do Litoral Alentejano S.A.: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Associação do Município de Odemira à denominada Turismo do Alentejo Litoral: apreciação e deliberação;-----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Eduardo Guerreiro da Silva, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Diogo Castanheira Vilhena, Domingos Assunção Silvestre, Dulce Loução de Matos Raposo, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da respectiva Junta), Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, José Manuel dos Reis Guerreiro,

Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás e Valdemar Pacheco Silvestre. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira; José Alberto Candeias Guerreiro, Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista; Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas sessões ou reuniões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão extraordinária que se realizou no dia cinco de Setembro do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Fernando Silvestre Encarnação, Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

----- Quanto à sessão ordinária que se realizou no dia vinte e nove de Setembro do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago e Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare. -----

----- Não haviam faltas injustificadas à reunião da Comissão Permanente para elaboração da Folha da Assembleia, que se realizou no dia quinze de Outubro do corrente ano. -----

----- Por último, quanto à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e nove de Outubro do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Augusto Inácio Maria, Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro. -----

----- Relembrou ainda que nos termos do número dois do artigo quadragésimo sexto A da

Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, o pedido de justificação de faltas deveria ser feito nos cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tivesse verificado.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- Interveio o senhor Paulo Loures que felicitou o Executivo da Câmara Municipal pela iniciativa de colocar uma pista de gelo e outras actividades para as crianças junto à zona ribeirinha em Odemira, durante a época natalícia.-----

----- Felicitou ainda as senhoras Telma Guerreiro e Maria da Piedade Barradas pelos textos produzidos na última Folha da Assembleia Municipal sobre o tema “Educação”, informando que subscrevia inteiramente ambas as opiniões. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DAS ACTAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E OITO; SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO; SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE OUTUBRO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura das mesmas e imediatamente submetidas à apreciação. -----

----- A) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E OITO:-----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal; -----

----- B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal; -----

----- C) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE OUTUBRO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e três abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal; -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da

Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que solicitou esclarecimentos acerca do documento número cento e cinco, datado de onze de Dezembro do corrente ano, constante no mapa da correspondência recebida, sobre “Requerimento do Sr. Arqtº Raul Pinto Albuquerque à Assembleia Municipal”, enviado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira.---

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que aquele documento vinha na sequência de um requerimento enviado por e-mail no dia trinta e um de Outubro, pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, sobre “acesso a informação municipal – moradia na falésia em Zambujeira do Mar, no sítio da Lajinha”. Seguidamente leu o teor do referido documento, bem como o despacho que recaiu sobre o mesmo. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a consulta aos documentos do Município de Odemira deveria ser efectuada nos termos da lei e não como o senhor Raul de Albuquerque Tomás pretendia fazer, invocando a qualidade de Deputado Municipal junto ao balcão da Secção de Obras Particulares da Câmara Municipal de Odemira, para consultar qualquer processo. -----

----- Informou também que a lei referia que os senhores Deputados Municipais poderiam efectuar os pedidos de esclarecimentos através da Mesa da Assembleia Municipal ou directamente ao Presidente da Câmara Municipal que posteriormente avaliaria a viabilidade dessa consulta, porque também existiam processos sigilosos, pelo que nem toda a informação poderia ser disponibilizada. Disse ainda que a lei estabelecia dez dias para responder aos requerimentos e não uma semana como era mencionado no e-mail do senhor Raul de Albuquerque Tomás. -----

----- Por último, informou que não estava vedado o acesso a qualquer processo de obras na Câmara Municipal, no entanto essa consulta deveria ser feita de acordo com a legislação.

Considerou também que o e-mail enviado pelo senhor deputado municipal não se tratava de um requerimento, mas sim de uma reclamação.-----

----- Não se registando mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente a uma intervenção do senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, na sessão ordinária que se realizou no dia vinte e nove de Setembro, na freguesia de Longueira/ Almogrove, na qual questionou para quando estaria prevista a visita dos membros da Assembleia Municipal à décima sétima freguesia do concelho, esclareceu que tinha sido enviado para todas as Juntas de Freguesia um ofício a solicitar a indicação dos locais a visitar na respectiva freguesia. Disse ainda que a Junta de Freguesia de Santa Maria não tinha enviado qualquer indicação, pelo que no itinerário da visita que se efectuou no dia treze de Julho, do ano de dois mil e sete, constava a freguesia de Santa Maria sem qualquer menção aos locais a visitar. - -----

----- Interveio o senhor José Ribeiro que felicitou todos os que tinham escrito para a Folha da Assembleia e acrescentou: “Ler é saúde!”. Congratulou-se ainda pela realização das sessões descentralizadas da Assembleia Municipal e referiu que gostaria que também fosse “colocado além do início das sessões, o final também das sessões”. -----

----- Seguidamente disse:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

----- Senhores Secretários -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhores Membros da Assembleia Municipal-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores-----

----- Decorreu esta tarde em todo o País uma enorme manifestação de apoio ao Governo de José Sócrates, pela maneira justa e politicamente correcta com que está a Governar o nosso País.-----

----- Um Governo sem desemprego, um País onde a Saúde e o Ensino são grátis, um País onde a Justiça Social é uma realidade e não uma miragem.-----

----- Um País onde as reformas-pensões aliviam o desespero em que o Povo está mergulhado, um País onde os mais velhos são respeitados, um País onde não existem os sem abrigo, um País onde o mundo rural é trabalhado, um País onde a banca emprestou setecentos milhões de euros ao Governo de José Sócrates, um País onde se deixam soltar a verdade das bocas amordaçadas. Enfim um País de Abril!-----

----- Um País que, que.....eu peço imensa desculpa mas este texto faz parte de um outro texto para um programa de humor com o título 1º de Abril.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

----- Senhores Secretários-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

----- Senhores Vereadores-----

----- Senhores Membros da Assembleia Municipal-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores-----

----- Vivemos hoje um País que tem duas faces: a de uma nova pobreza envergonhada e de uma riqueza sem vergonha de espécie alguma.-----

----- Um País que produz cada vez mais pobres, pobres cada vez mais pobres, e muitos muito ricos.-----

----- As raízes do pantanal são cada vez mais profundas.-----

----- A grande diferença é que os pobres em geral, têm algum pudor em estender a mão, ao passo que uma grande parte dos ricos, pouco mais faz na vida que estender a mão, aos perdões fiscais, subsídios, benefícios, isenções, imunidades, fianças, garantias e avales. -----

----- Ainda está para chegar o estudo, pesquisa, inquérito, sondagem, barómetro, painel, ou autópsia que não deixe Portugal e os Portugueses de rastros na comparação com outros Países Europeus. -----

----- Há uns meses atrás numa cerimónia pública de apresentação de um livro, as palavras de um Bispo que impressionaram quem as ouviu: “Cada vez que vejo um pobre a dormir na rua penso que nesse dia e por esse motivo o Governo do País devia cair”. -----

----- O que teria dito o Senhor Bispo se lesse os jornais uns dias depois, que diziam que a pobreza infantil é uma nódoa da política Portuguesa já marcada por situações de fome. Só que os titulares do poder estão tão inebriados consigo próprios, tão elevados com a sua própria propaganda, tão extasiados com os elogios das suas clientelas que não há miséria que os comova. -----

----- A auto-estrada das desigualdades, do desemprego, das injustiças sociais, das vergonhosas pensões, do desprezo pelos mais velhos, do fosso cada vez maior entre ricos e pobres, esta auto-estrada é que é o “cherne da questão”. -----

----- Este País precisa de um TGV de direitos a um novo modelo de vida; -----

----- Um TGV sem uma maré-Povo em sobressalto; -----

----- Um TGV onde o fundo de desemprego deixe de ser a maior empresa do nosso País; ---

----- Um TGV de Solidariedade; -----

----- Senhor Primeiro-Ministro, Senhores Ministros, mostrem-nos o verdadeiro País em que vivemos e saíram do País irreal em que fingem que vivemos. -----

----- Há um poema cantado por Adriano Correia de Oliveira em que diz “quem poderá calar a voz do sino triste que diz por dentro do que não se diz, a fúria em riste do meu País”. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores-----

----- Dois milhões de pobres, quinhentos mil desempregados com família, empresas que fecham e deixam no desemprego milhares de pessoas, famílias sem casa por não terem dinheiro para pagar as prestações, uma juventude sem garantias de emprego e de futuro.-----

----- A terminar direi um pequeno texto de um grande poeta de Manuel da Fonseca: -----

----- “...lava bancos e empresas-----

----- *Dos comedores de dinheiro* -----

----- *Que dos salários de tristeza*-----

----- *Arrecadam lucro inteiro* -----

----- *Lava palácios, vivendas*-----

----- *Casebres bairros da lata*-----

----- *Leva negócios e rendas* -----

----- *Que a uns farta a outros mata”*.-----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

----- Senhores Secretários -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal-----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhores Membros da Assembleia Municipal-----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores-----

----- Sabendo que neste Natal, não vai ser um Natal fácil, desejo que as crianças não deixem de ser crianças. -----

----- Desejo aos quatrocentos e cinquenta mil imigrantes que vivem no nosso País, muitos milhares destes no nosso Concelho, um Natal com tolerância e que sejam bem-vindos quem vier por bem. -----

----- Também às reclusas do Estabelecimento Prisional de Odemira um melhor Natal. -----

----- Para os que neste espaço se encontram e seus familiares um abraço e um Feliz Natal. --

----- Para que se pense, termino com uma frase de Simone Beauvoir “É horrível assistir à agonia de uma esperança”.-----

----- Obrigado!-----

----- Odemira 2008.12.19-----

----- O eleito da CDU na Assembleia Municipal-----

----- José da Silva Ribeiro”-----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que felicitou a Comissão Permanente da Folha da Assembleia pelo trabalho desenvolvido, referindo que as pessoas começavam a interagir e a responder, o que era gratificante e valorizava aquele projecto.-----

----- Falou ainda sobre o lançamento do estudo de avaliação estratégica ambiental da rede rodoviária do sudoeste alentejano e algarvio, cuja apresentação tinha tido lugar naquela sala no passado dia vinte e um de Novembro e informou que tinha retido a expressão “aproximar Odemira”.-----

----- Ainda sobre aquele assunto disse que tinha sido importante verificar que o problema estava identificado e que estavam a trabalhar nele, pelo que tinha esperança que, a breve prazo, o concelho de Odemira viesse a ter melhores acessibilidades.-----

----- Seguidamente apresentou a seguinte Moção:-----

----- “Muitas vezes temos riquezas a que não damos valor, não porque não o queiramos, pelo contrário queremos-las muito, mas porque nos habituámos a vê-las ali todos os dias, mas muitas vezes sem «olhos de ver».-----

----- Será provavelmente a maior beleza da vila de Odemira, de Vila Nova de Milfontes e quem sabe do nosso concelho?-----

----- Quem não se orgulhava de dizer “o Rio Mira é o menos poluído da Europa?”-----

----- Todos conhecemos as suas virtudes, de maternidade a recurso hídrico; de beleza natural a

via de comunicação; de porto de abrigo a recurso turístico.-----

----- Mas hoje, infelizmente começamos a detectar-lhe imensos problemas que relacionamos com o seu assoreamento. Este dificulta a renovação das águas (com maior intensidade à medida que nos afastamos da sua foz), reduz a subida de alguma espécies, provoca a inexistência de caudal em inúmeros locais na maré baixa, tem impacto na alteração de correntes, impede a navegação, retira areia às praias na sua foz, entre muitos outros impactos... -----

----- Por o admirarmos, nos orgulharmos e dele querermos usufruir, defendemos intransigentemente a sua defesa, protecção e preservação.-----

----- Mas será que a preservação é não mexer, não intervir?-----

----- Entendemos que não, **pelo que gostaríamos de solicitar que nos informassem se são conhecedores desta situação, se existem estudos sobre a matéria, quais as medidas que contam tomar e com que brevidade?** -----

----- A enviar a: -----

----- - ICNB;-----

----- - Instituto da Água;-----

----- - CCDR Alentejo;-----

----- - ARH Alentejo.”-----

----- Interveio o senhor António Eduardo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referiu que o Plano Director Municipal tinha sido aprovado com algumas carências ao nível dos perímetros urbanos em determinadas povoações, onde actualmente não se poderia construir. Tendo em conta que estava prevista uma revisão ao Plano em causa, perguntou se o Executivo Municipal pretendia efectuar algum contacto mais estreito com as freguesias, no sentido de chegarem a alguns entendimentos sobre determinados pormenores que poderiam vir a ser úteis para todos. -----

----- Questionou ainda se a Câmara Municipal já estava a tratar daquele processo.-----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que chamou a atenção dos presentes para o placard que se encontrava na sala sobre as comunicações efectuadas pelos munícipes através da Folha da Assembleia. Considerou ainda que a frase: “Faça-se ouvir. Escreva-nos!” que se encontrava na Folha da Assembleia começava a resultar.-----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que perguntou em que situação se encontravam a questões levantadas pelos moradores da Caiada, nomeadamente se o senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha agendado a reunião com a EDP.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que fez a seguinte intervenção:-----

----- “Neste período em que se abordam assuntos de interesse para o concelho, quero referir as seguintes questões:-----

----- 1. Tenho vindo a verificar que as obras adjudicadas a empreiteiros não são devidamente acompanhadas, por quem tem a função de verificar a qualidade das obras. Passo a exemplificar:-----

----- - Rede de águas na Cova da Zorra, onde as caixas onde se efectuam as ligações, apresentam fugas e até torneiras mal colocadas. Também as valetas ao longo da estrada, no final da obra não foram devidamente limpas;-----

----- - O arranjo no Largo do Mercado de S. Luís, apresenta muitas deficiências de qualidade na calçada, que já foi reparada uma vez e, já pode, em alguns pontos, sê-lo de novo, e só decorreram cerca de 2 anos, sobre o fim da empreitada;-----

----- - A EM 532, no troço S. Luís – Milfontes, nos acessos aos caminhos vicinais, também deixou um pouco a desejar, a despesa era pouca e o trabalho poderia ter ficado bem melhor;----

----- - Também a reparação da escola de S. Luís, já apresenta problemas a nível dos rodapés e dos rebocos, que em alguns pontos não foram substituídos ou refeitos. Resultado, as

tintas a cair e dificuldade em pintar de novo, porque a tinta não adere, dado que algumas paredes não foram picadas e rebocadas de novo, como deveria ter acontecido. Devo lembrar, que a obra ficou concluída há cerca de um ano e meio.-----

----- 2. Também as obras particulares, não têm o devido acompanhamento, desde casas pintadas em cores não autorizadas, a alterações nas fachadas sem qualquer projecto, só com simples autorização, tudo acontece. Para já não falar, em muros que não respeitam as distâncias legais em relação a caminhos ou estradas, ou ocupações de via pública, que apesar de chamarmos a atenção, ninguém fiscaliza nem aplica multas. Como exemplo, apenas refiro, a situação de uma casa na rua Alexandre Herculano, que se situa frente ao n.º 46, e apenas faço esta referência por entender que é uma situação grave.-----

----- Ao fazer estas chamadas de atenção, espero que sirvam como contributo para uma melhoria na qualidade dos serviços”.-----

----- Interveio o senhor Mário Santa Bárbara, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que perguntou em que situação se encontravam as obras do sistema elevatório dos esgotos da Bemposta e da margem esquerda de Odemira, e bem assim se os últimos iriam abranger todas as habitações.-----

----- Lembrou ainda que três moradias na Bemposta não estavam ligadas à actual rede de esgotos, pelo que solicitou que as obras anteriormente mencionadas contemplassem essas habitações.-----

----- Chamou ainda a atenção para o estado degradado em que se encontravam algumas ruas da vila de Odemira, nomeadamente a Sacadura Cabral que dava acesso ao Estabelecimento Prisional e a Unidade de Cuidados Continuados. Recordando a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, considerou que também naquela rua tinha havido falta de acompanhamento das obras efectuadas pela EDP e pela Portugal Telecom, uma vez que os passeios tinham ficado “uma vergonha”, haviam poiais partidos e calçada mal colocada.-----

----- Referiu ainda que tinha consciência que as obras de reparação das ruas nas povoações tinham que ser feitas por fases em diversas freguesias, atendendo à extensão do concelho de Odemira, porém na freguesia de Santa Maria, desde a última intervenção, nunca mais tinham voltado a reparar as ruas que ainda se encontravam danificadas, sendo as mais degradadas a subida da Fontinha, Travessa da Ventosa e Rua do Terreiro.-----

----- Questionou também se já havia alguma evolução relativamente aos assuntos colocados pelos moradores das Portas de Transval numa sessão da Assembleia Municipal, relativamente à rotunda.-----

----- Por último, disse que na sua freguesia a zona histórica da vila de Odemira estava “em coma profundo” e o mercado municipal abandonado. Considerou ainda que o facto daquela zona não ter recebido qualquer tipo de iluminação de Natal não ajudava em nada aquela situação.-----

----- Congratulou-se com a evolução, em termos culturais, do concelho de Odemira e, bem assim felicitou os colaboradores e participantes na Agenda Cultural do Município de Odemira, considerando que se tratava de um óptimo projecto.-----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação que felicitou o senhor Ricardo Cardoso pela moção apresentada, considerando que ela vinha de encontro a algumas preocupações que também tinha. Disse ainda: “Eu sou do tempo em que as águas do rio Mira eram transparentes, azulinhas e agora estão lodosas. E estão lodosas porque as margens cada vez têm mais sedimentos, maior camada de lodo, fruto do desaguamento do rio na foz não ser aquele que devia ser, para além (...) do impacto da barragem de Santa Clara...”.-----

----- Por último disse que tinha consciência dos elevados custos de uma dragagem e informou que “no tempo da outra senhora” tinha assistido a duas dragagens ao rio Mira, sendo que a última tinha sido feita há cinquenta anos atrás.-----

----- Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare,

que informou que não tinha estado presente no lançamento do estudo de avaliação estratégica ambiental da rede rodoviária do sudoeste alentejano e algarvio, mas tinha lido na imprensa regional. Informou que catorze anos atrás tinha sido abordada na Assembleia Municipal a questão do IC4. Considerou que esta infraestrutura era de grande importância para o desenvolvimento do concelho de Odemira que se encontrava quase “isolado”, nomeadamente no que dizia respeito às ligações com Beja e com o Algarve. Considerou também que era muito importante a existência de uma estrada transversal em condições de Ourique para Odemira, para que “este concelho um dia tenha saídas rápidas, capazes e à altura das nossas gentes que vão produzindo alguma coisa...”-----

----- Lembrou ainda que em tempos, a Assembleia Municipal tinha apreciado três hipóteses de traçados para o IC4, sendo um perto do litoral, um intermédio e um mais no interior, a nascente de Odemira na zona do Telheiro. Referiu que a última opção tinha sido mais aclamada, porque servia as freguesias do interior do concelho. Em face do exposto questionou se aquela situação se mantinha ou existiam propostas diferentes.-----

----- Informou ainda que o viaduto em Luzianes-Gare estava em completo desprezo e o tabuleiro da ponte tinha o asfalto gasto, pelo que considerava que a empresa EP – Estrada de Portugal, S.A. deveria também pensar na conservação daquelas obras de arte, uma vez que eram tão incansáveis a fiscalizar as obras dos particulares junto às estradas nacionais. -----

----- Relativamente ao Plano de Urbanização de Luzianes-Gare e tendo em conta a expansão urbanística, perguntou se era possível desclassificar o troço de estrada até à ponte, ficando o mesmo da responsabilidade do Município. -----

----- Perguntou também em que situação se encontrava o Polidesportivo de Luzianes-Gare, bem como as electrificações das zonas de Estacas, Bailadouro e Padrona. -----

----- Por último considerou que a pequena e média agricultura, nomeadamente no que se referia aos criadores de gado e agricultores de cereais, que em tempos povoava as aldeias do

interior, estava no fim. Referiu que o aumento do preço dos adubos e a diminuição do preço dos animais tinha vindo a agravar a situação, nomeadamente daqueles que nos últimos anos se tinham dedicado àquela actividade, que tinham assumido responsabilidades e que agora não conseguiam cumprir. Considerou ainda que se não houvesse ajuda para aquelas pessoas ficariam endividados ou mesmo poderiam chegar a extremos de “darem cabo das suas vidas”. --

----- Relatou também que as margens do rio Mira desde Sabóia até Odemira eram excelentes zonas de cultivo, porém actualmente estavam abandonadas. Como já haviam referido anteriormente, lembrou que em tempos as águas do rio eram límpidas, apesar das terras serem lavradas. Disse ainda: “Hoje há uma protecção total da natureza e o rio é escuro. Não sei que protecção andamos a fazer!” -----

----- Referiu ainda que os eucaliptos eram considerados das poucas riquezas do concelho, mas que muitos problemas traziam nomeadamente aos caminhos rurais. Disse ainda: “...saberão tanto quanto eu que qualquer dia os tostões que a nossas Juntas têm, terão que ser para reparar os caminhos rurais para as grandes e pesadas máquinas de corte de eucaliptos, quase tudo espanhóis, nos vão destruindo (...). É penoso, nós querermos fazer mais coisas e mais logo só para reparar os estragos do carregamento dos eucaliptais, não possamos fazer mais nada (...). --

----- Tem que haver uma grande solidariedade da parte da Câmara com as Autarquias da frente que são as Juntas, para irmos tentando minimizar um pouco este cenário, um pouco preocupante para todos nós (...).-----

----- Era bonito ver florescer novamente os nossos campos!” -----

----- Interveio a senhora Luísa Palma que relativamente à moção sobre o rio Mira, informou que desde há dezassete anos atrás, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista vinha solicitando estudos sobre o rio e o Partido Ecologista “Os Verdes” tinha apresentado com urgência um estudo, no entanto nada tinha sido feito. -----

----- Considerou ainda que não competia à Assembleia Municipal falar no desassoreamento do

rio, deveria ser efectuado um estudo por biólogos e técnicos entendidos na matéria.-----

----- Interveio a senhora Telma Guerreiro que em nome da Comissão Permanente da Folha da Assembleia agradeceu os elogios feitos à folha e ao trabalho desenvolvidos por eles. Referindo-se ao placard com as informações enviadas pelos munícipes através da Folha, considerou que a intenção era para além de dar a conhecer aos membros da Assembleia Municipal dos “ecos” daquele documento, lembrar que aquelas questões deveriam ser respondidas, porque esse era o intuito de quem escrevia. -----

----- Por último falou no FAME, referindo que se tratava de incentivos para os empresários. Perguntou ainda se a Câmara Municipal estava a equacionar disponibilizar este subsídio aos empresários do concelho de Odemira que fossem empreendedores.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que relativamente à devassa de caminhos rurais por parte dos transportadores de eucaliptos e cortiças, sugeriu que a Câmara Municipal, através da Divisão de Contencioso e Assessoria Jurídica, efectuasse um estudo no sentido de equacionar a possibilidade de ser constituída uma taxa destinada à reparação desses estragos, que poderia ser repartida de igual modo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. -----

----- Seguidamente colocou à consideração dos presentes a Moção apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso, para posterior votação. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que relativamente à intervenção da senhora Maria Luísa Palma, informou que quando falava no desassoreamento do rio era através dos “olhos” de quem era leigo na matéria e via o óbvio, porém não pedia qualquer desassoreamento, mas somente que fossem informados se haviam alguns estudos e quais as medidas que deveriam ser tomadas a breve prazo.-----

----- Interveio o senhor Fernando Encarnação que informou que há cerca de quatro a cinco anos atrás, o Parque Natural tinha referido que uma equipa da Universidade do Algarve viria

fazer um estudo do rio Mira, o que até à data não se tinha verificado, sendo mais uma promessa como muitas outras. -----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que informou que haviam estudos na Direcção Geral dos Portos que estavam arquivados. Disse ainda que a Marinha tinha um levantamento do rio Mira, efectuado há muitos anos.-----

----- Por último, informou que haviam muitas dúvidas quanto às competências da intervenção, porém considerava que essas seriam atribuídas, de acordo com a nova legislação, às novas entidades denominadas A.R.H. – Administrações das Regiões Hidrográficas. -----

----- Por último referiu que concordava com a Moção apresentada. -----

----- Não havendo mais intervenções sobre a moção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a mesma à votação, tendo sido devidamente aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente ao IC4 informou que em tempos haviam estudos com três hipóteses, conforme já tinha sido anteriormente mencionado e haviam variantes dentro daquelas hipóteses. -----

----- Disse ainda que a actual pretensão seria ligar Odemira a norte, entre a estrada nacional cento e vinte e o IP2 a Ourique para “animar” o interior, aproximar o concelho de Beja e criar um corredor em condições no sentido de ganhar-se tempo até à capital do distrito. -----

----- Informou que o senhor Secretário de estado tinha vindo apresentar uma solução que os cinco Municipios do Litoral Alentejano tinham sugerido, que contemplava os corredores transversais no caso de Odemira e longitudinais relativamente a todo o Litoral Alentejano. -----

----- Considerou ainda que se fosse possível sobrepor o corredor do IC4 à estrada nacional

cento e vinte teriam uma dupla vantagem, porque poupavam o ambiente, uma vez que se tratava de uma via pré-existente e, bem assim dotavam todo o Litoral Alentejano de uma “espinha dorsal” entre Bensafirim e Santiago do Cacém. -----

----- Quanto à questão do rio Mira, considerou que os estudos que existiam eram muito antigos, o rio já tinha tido várias cheias, tinha assoreado, a cota estava mais alta, pelo que seria importante providenciar a elaboração de novos estudos. -----

----- Considerou ainda que o problema das competências cruzadas poderiam ser resolvido com a criação das Administrações das Regiões Hidrográficas.-----

----- Em relação aos moradores da Caiada, informou que brevemente iria reunir com os responsáveis da EDP, onde falariam dessa situação, das obras na rua Sacadura Cabral, entre outras. -----

----- Informou ainda que aguardava uma reunião com os responsáveis pelas Estradas de Portugal, para falarem entre outros assuntos, na rotunda das Portas de Transval e nos passeios entre Vila Nova de Milfontes, Brunheiras e Alagoachos. -----

----- Quanto à intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, informou que iria junto dos serviços fazer o ponto da situação. Relembrou ainda que a nova legislação vinha penalizar os técnicos autores responsáveis das obras que muitas vezes não faziam o acompanhamento adequado das obras, sendo mais fácil apontar as responsabilidades à Câmara Municipal e aos serviços de Fiscalização. -----

----- Em relação ao Plano Director Municipal, disse que era preocupação da Câmara Municipal chamar os “actores do território” à discussão do que fosse de facto relevante. Informou ainda que a visão do Ministério do Ambiente nos últimos anos, particularmente para o Alentejo que estava a perder população, tinha vindo a ser a de não aumentar os perímetros urbanos, por muito que as freguesias queiram o contrário.-----

----- Informou ainda que tinha chegado na semana anterior, o visto do Tribunal de Contas

relativamente à Passagem Inferior de Luzianes-Gare, pelo que a obra poderia “andar”. -----

----- Quanto à desclassificação de estradas, informou que o Executivo Municipal não era muito favorável àquela situação, tendo em conta o aspecto financeiro e a quantidade de obras que a Câmara Municipal tinha de fazer. No entanto manifestou o seu acordo em relação à desclassificação automática das estradas que atravessassem os perímetros urbanos, passando as mesmas para troços urbanos. -----

----- Por último em relação aos polidesportivos, informou que os processos tinham sido objecto de uma candidatura ao Instituto do Desporto, pelo que a sua execução dependia daquela aprovação e da regularização das situações dos terrenos. -----

----- Disse ainda que o problema da cobrança da taxa destinada à reparação dos caminhos rurais tinha a ver com o facto da Câmara Municipal apenas poder cobrar aquilo que a lei permitia. Informou ainda que há vários anos que vinham pressionando os recursos florestais no sentido de poderem aplicar a taxa e, bem assim defendeu que a mesma deveria ser integralmente atribuída às Juntas de Freguesia. -----

----- Em relação ao FAME, disse que tinham vários contactos com bancos e apesar de não se tratar de um subsídio muito elevado, poderia ser interessante e a Câmara Municipal poderia ter condições para avançar com esse projecto. -----

----- Interveio senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a sessão extraordinária sobre a educação, realizar-se-ia no dia vinte de Janeiro do próximo ano, na Escola Básica dois, três de Sabóia, tendo previamente sido solicitado através de ofício às escolas e outros a estabelecimentos e entidades relacionadas com o ensino, a indicação de temas, datas e reuniões preparatórias. -----

----- Referindo-se à proposta para a realização de sessões da Assembleia Municipal descentralizadas, enumerou as freguesias que ainda não tinham recebido aquele Órgão, tendo sido deliberado por consenso que a próxima sessão ordinária seria efectuada na freguesia da

Boavista dos Pinheiros. -----

----- Não havendo mais intervenções deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. ----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo

Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de dois de Setembro a um de Dezembro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. ---

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se à trigésima primeira folha do relatório, às “Infraestruturas de águas e esgotos de Ribeira do Seissal” e lembrando a falta de acompanhamento das obras em curso, disse que aquela zona tinha ficado intransitável, o que tinha implicado a deslocação dos alunos da pré-primária e do primeiro ciclo para as escolas de Colos e do Campo Redondo, respectivamente. -----

----- Referindo-se à folha número trinta e três, nomeadamente ao “Arranjo Urbanístico da Eira da Lagoa e Ligação à rotunda – Colos”, referiu que no relatório encontrava-se “Em concurso”, no entanto tinha sido informado que a obra já estava adjudicada e que inclusivamente se tinha deslocado à Junta de Freguesia de Colos um representante da respectiva empresa. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que relativamente às obras da

Ribeira do Seissal informou que o empreiteiro tinha criado um caminho alternativo que tinha ficado intransitável por questões climáticas, no entanto estavam a tentar resolver o problema.

----- Referiu ainda que o concelho de Odemira era muito extenso, tinha muitas obras, o que dificultava o acompanhamento diário e a todo o tempo. Considerou ainda que as empresas tinham uma direcção técnica que deveria acompanhar as obras e relatar esses problemas, para serem resolvidos de imediato. -----

----- Quanto à obra da Eira da Lagoa, informou que o concurso público estava a decorrer e a adjudicação à empresa seria efectuada após aprovação do relatório final que seria presente à reunião da Câmara Municipal, no início do próximo mês. Disse ainda que já tinha sido notificada a empresa da intenção de adjudicação, pelo que a deslocação de um representante da mesma ao local, poderia relacionar-se com esse facto. -----

----- **Ponto dois:** GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE DOIS MIL E NOVE: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “1 - ASSUNTO N.º 1074-2008 - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2009. -----

----- Procedeu-se à apreciação e análise do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o Ano de 2009, elaborado de harmonia com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que apresenta uma receita igual à despesa na importância de € 42.775.000 (quarenta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil euros), que vai ficar arquivado no maço de documentos, respeitante à presente acta. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, aprovar por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Eleitos pela CDU - Coligação Democrática Unitária, bem como remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Os Senhores Vereadores Eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto, que seguidamente se transcreve:-----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Analisando a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2009, que nos foi entregue sem qualquer nota introdutória explicativa, e após solicitação de alguns esclarecimentos sobre algumas verbas agregadas do Orçamento, verificamos que:-----

----- A previsão de receitas e despesas para o ano de 2009 no valor de 42.650.000,00 € é inferior à previsão do ano de 2008 em apenas 565.000,00€ com todas as implicações daí resultantes. É nosso entendimento de que o valor global se encontra muito empolado, criando expectativas de receitas que não vão ser possíveis alcançar e de investimentos prometidos que mais uma vez vão fazer parte das promessas não cumpridas;-----

----- Estes documentos estão desfasados da realidade, tendo em conta a crise que se vive e a recessão que infelizmente se está a instalar no nosso País.-----

----- Com este Plano e Orçamento no Município de Odemira não se tem em conta a crise, e tudo parece um mar de rosas...murchas;-----

----- Todos sabemos que o valor global de receitas previstas para o ano de 2009 é muito irreal. Relembramos a última Prestação de Contas relativas ao ano de 2007, que para uma previsão inicial de 34.450.000,00€, que foi depois corrigida para 38.942.964,30€, mas na realidade a execução efectiva, isto é, a receita real que deu entrada nos cofres do Município foi apenas de 27.286.545,00€. -----

----- Quando no próximo ano for apresentada a Prestação de Contas referentes ao ano de 2008, cá estaremos para constatar a realidade;-----

----- Não compreendemos que se façam previsões de receitas da venda de Património no montante de 6.118.000,00€, sendo a receita previsível a arrecadar pela venda de terrenos no montante de 3.225.000,00€ e pela venda de Edifícios de Escolas desactivadas de

2.830.000,00€, restando um valor 63.000,00€ da venda de maquinaria e equipamentos. -----

----- Como é possível, com a crise bancária que se vive no nosso País, vender lotes de terreno para atingir o montante de 3.225.000,00€, quando em 2007 as vendas de terrenos efectuadas pelo Município cifram-se em apenas 89.889,06€ e no ano corrente de 2008, nem esse valor deverá ser atingido. -----

----- Também não compreendemos que se faça a venda de escolas desactivadas, prevendo-se realizar o montante de 2.830.000,00€ quando depois da entrega de escolas à Fundação Odemira e a diversas Associações de Caçadores, Clubes e outras entidades, o que resta é pouco ou nada significativo. -----

----- Não compreendemos que se façam previsões de reforço de receitas de candidaturas de obras do QCA III no valor de 1.040.262,03€, sem que exista garantia escrita e real dessas verbas por parte do Programa Operacional. Tal como definem as regras do POCAL, só após essa garantia se deverão inscrever as receitas através de uma modificação orçamental; -----

----- Encontrando-se ainda por resolver a constituição da CIMAL, que permitirá a contratualização, para posteriormente garantir e inscrever valores em orçamento, não compreendemos, que estejam a ser inscritas obras e valores que vão ser objecto de candidatura, quando apenas está garantido o financiamento de uma obra no âmbito do QREN 2006/2013 no valor de 425.526,28€ (EB1 Vila Nova de Milfontes). -----

----- Inscrever o valor de 3.158.083,77 € como se tratassem de valores de financiamento assegurados, é inexplicável e bastante ousado; -----

----- Mais uma vez não se compreende que dos empréstimos contraídos junto da banca no ano de 2004, 2005 e 2006, ainda estejam por ser utilizados o montante de 2.407.000,00€, se lembrarmos os motivos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara, que passo a descrever:

----- “Tendo em atenção os investimentos inadiáveis para melhoria de vida das populações e de modernização de factores importantes para fomentar a nossa economia e atrair

investimentos, que este recurso seja aproveitado, até porque se sabe que muita da receita esperada dos Fundos Comunitários, não veio por esgotamento das verbas da generalidade das suas Mediadas no que respeita o Eixo 1 do Programa Operacional Regional, destinado aos Municípios do Alentejo”.

----- Os eleitos da CDU tinham razão em duvidar da urgência e da eficácia do empréstimo. Será por incapacidade ou por desleixo a não realização dessas obras, e correspondente aplicação dessas verbas? -----

----- Também não compreendemos que se mantenham no PPI 10 projectos do ano de 2003, 24 projectos do ano de 2004, 39 projectos do ano de 2005 e 43 projectos do ano de 2006, que neste Plano são novamente reforçados, permitindo assim, em alguns casos, uma continuidade duvidosa, não correspondendo ao inicialmente previsto, sendo acrescentados consoante há ou não interesse em fazer mais qualquer coisa sem que a oposição tenha de ter conhecimento. Esta é uma hábil, mas enganadora, nova forma de dizer às pessoas que a obra X ou Y se vai executar, porque está contemplada em orçamento; -----

----- É lamentável que neste PPI seja mais uma vez adiada a recuperação de edifícios municipais que se encontram em ruínas ou quase. É um mau exemplo por parte do Município, quando se fala à boca cheia e se exige aos particulares a recuperação de prédios degradados, caindo por terra os fundamentos e a palavra dada pelo Senhor Presidente da Câmara ao Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, quando da aquisição a preços excessivos de edifícios para instalação de serviços urgentes do Município. É lamentável o edifício, onde se encontram instalados os serviços de Engenharia e Fiscalização, esteja em verdadeiro estado de degradação e em perigo para os funcionários que ali trabalham, e não tenham sido contempladas as obras urgentes que o mesmo carece; -----

----- É lamentável que no PPI se preveja uma verba irrisória para a construção do tão necessário Jardim Público, em Vila Nova de Milfontes, para o qual não foi adquirido até à data

o respectivo terreno;-----

----- Que não seja prevista em plano qualquer verba para execução do tão necessário saneamento básico das povoações de Brunheiras e Foros do Galeado, apesar das promessas feitas aos seus moradores;-----

----- Que nada esteja previsto para a reconversão tão propagandeada das áreas clandestinas consideradas no PDM (AFIPR), de forma a responder aos anseios da população, nomeadamente, de Brunheiras, Foros do Galeado, Freixial, Malhadinhas, Alpendurada, Aldeia Bugaga, etc, apesar de ter sido criado para aquela área um GTL, (já extinto), onde se gastaram muitos milhares ou milhões de euros, mas cujos resultados, passados onze anos, a população desconhece;-----

----- Também neste Plano e Orçamento não foi prevista qualquer verba para elaboração de Planos de Pormenor em diversas zonas do Concelho, quando é obrigatório por imposição do PDM e Planos de Urbanização, nomeadamente Zambujeira do Mar, Almogrove e Vila Nova de Milfontes, cuja falta de execução tem contribuído para o atraso no desenvolvimento destas povoações e no combate ao desemprego e à estabilização das pequenas empresas; -----

----- Não está contemplado um euro sequer para a construção da Casa Mortuária ou Centro de Congressos, junto à Igreja de Santa Maria, conforme promessa eleitoral tão propalada, bem como são irrisórias as verbas inscritas de 1.000,00 € para a construção do Centro de Artes e Museu Municipal, cujos projectos desconhecemos;-----

----- Não está sequer previsto em orçamento e plano, a pavimentação do C.M. 1191 estrada que liga Pereiras-Gare ao concelho de Ourique, com ligação ao IC-1, estrada importantíssima que permitiria uma ligação rápida a Beja e ao eixo Norte/Sul e contribuiria fortemente para o combate à desertificação do interior do concelho;-----

----- O famigerado corte às Juntas de Freguesia relativo às verbas provenientes da delegação de competências, que consiste na transferência de verbas de apenas de 10 meses no

ano de 2009, justificando a maioria Socialista que o mandato termina em Outubro de 2009. Esta situação implica que nos meses de Novembro e Dezembro de 2009 o transporte de alunos nas freguesias deixa de ser sua responsabilidade; que a cobrança da água/esgotos/lixos deixa de ser efectuada nas juntas de freguesia, o que obrigará os munícipes a deslocarem-se a Odemira para efectuarem o pagamento; que os arranjos de caminhos, espaços verdes, etc, durante aqueles dois meses deixem de ser da responsabilidade das Juntas. -----

----- É imoral e injusta a justificação apresentada. Perguntamos: Deixaram os eleitos do PS de projectar as receitas e despesas para todo o ano ou só fizeram Orçamento para 10 meses do ano de 2009 ?;-----

----- É também de realçar o aumento significativo das despesas correntes que aumentam de ano para ano, cujos resultados não têm expressão na melhoria de respostas e na qualidade de serviços prestados aos cidadãos; -----

----- Não compreendemos a inclusão em Orçamento de diversas pequenas obras resultantes das cheias ocorridas em Novembro de 2006, cujo financiamento a fundo perdido foi concedido dada a urgência e carência das mesmas, e passados já dois anos, continuam por executar; -----

----- A não contemplação em Plano e Orçamento de medidas concretas para a recuperação de casas degradadas, em ruínas, na vila de Odemira e noutras povoações do nosso Concelho; ---

----- A não intervenção na área do Ordenamento do Território na resolução das AUGI's, criadas pelo Município e constantes no PDM, que envolvem centenas de moradores que vêm os seus problemas habitacionais adiados, bem como a não intervenção na legalização de terrenos em diversos lugares ou povoações do nosso Concelho, tais como Brejinho, Portela da Fonte Santa, Pereiras-Gare, Fornalhas, Bicos, Cruzamento do Almogrove, Cabecinho, Carrascal, Portas de Transval, etc; -----

----- Por todo este conjunto de questões e muitas outras que aqui poderíamos referir, tais como, a enormidade de projectos inscritos em plano e orçamento com verbas irrisórias só para

que se diga que está previsto em orçamento;-----
----- Não temos dúvidas que é urgente e necessária uma verdadeira mudança na gestão autárquica do nosso Concelho;-----
----- É necessário voltar a dar esperança e confiança a todos os Odemirenses e de que é possível um Futuro melhor para todos;-----
----- É necessário motivar os trabalhadores do Município, os eleitos das Freguesias, a actividade económica, os investidores, os cidadãos, é preciso dar um novo rumo ao nosso Concelho;-----
----- Porque nestas Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2009, não encontramos qualquer inovação e mais uma vez as grandes questões são adiadas, votamos contra. ------
----- Odemira, 2008.12.11-----
----- Os Eleitos da CDU na Câmara Municipal,-----
----- a) Cláudio José dos Santos Percheiro-----
----- a) Manuel da Silva Cruz-----
----- a) Abílio José Guilherme Bejinha.”-----
----- Interveio a senhor Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que fez a seguinte intervenção:-----
----- “Antes de me pronunciar propriamente sobre os documentos previsionais para o ano de 2009, quero aqui expressar a minha posição, quanto ao facto de os protocolos de delegação de competências apenas vigorarem por 10 meses.-----
----- Não é uma atitude bonita por parte dos eleitos do Partido Socialista, na Câmara Municipal. Sem dúvida poderei dizer que os presidentes das Juntas, quando os assinaram o fizeram de boa fé, o que me parece não ter acontecido com o Sr. Presidente da Câmara. De facto o protocolo, apresenta no seu artigo 1º, uma rasteira em que nós presidentes de Junta

caímos, por supormos que tudo se passaria de forma idêntica, ao que se verificou no início do presente mandato, dado que a legislação não se alterou. -----

----- Mas quanto a isso não há nada a fazer, o erro foi nosso, deveríamos ter adivinhado, as segundas intenções, mas o que me parece uma verdadeira anedota é o que está escrito na página 64 do Orçamento, e passo a citar “Salienta-se no entanto que, por força do estabelecido no protocolo firmado com as Freguesias no âmbito da Delegação de Competências aprovado no início do mandato, com aprovação da Câmara e Assembleia Municipal, as verbas orçamentadas são apenas previstas até ao mês de Outubro, inclusive, data em que termina o actual mandato por força de novas eleições autárquicas. Em nosso entender, e eleitos que estejam os novos órgãos autárquicos, estes deverão inscrever verbas a transferir para as Freguesias relativamente aos dois meses restantes do ano.” -----

----- Como é possível que alguém que acha que os protocolos têm a validade de 10 meses, para efeitos de transferências de verbas, depois venha afirmar que os novos órgãos que venham a ser eleitos, entenda-se Câmara e Assembleia Municipal, podem inscrever verbas, referentes aos dois meses em falta, sem qualquer documento de suporte, sem qualquer protocolo assinado, quando nessa altura do ano a despesa corrente está esgotada, como todos sabemos, só pode tratar-se de uma brincadeira, ou então de atirar areia para os olhos dos presidentes das Juntas. --

----- Mas ainda na questão dos protocolos o que mais me chocou foi a questão da cobrança da água, quando todos nós presidentes de Juntas e eleitos do PS na Câmara, sabemos o que ficou combinado numa reunião que teve lugar no ano passado. Ficou combinado em que todos os anos, antes da elaboração do orçamento, os valores cobrados nos últimos 24 meses, em cada freguesia, seriam objecto do cálculo de um valor médio, que serviria de base ao valor a transferir.-----

----- Ao que parece nunca houve a intenção de cumprir, tanto que nada foi dito, nada foi explicado, não houve qualquer justificação, apostaram no esquecimento. Se na questão dos 10

meses de protocolo, também me culpo a mim, por não ter sido suficientemente perspicaz, para entender a marosca, na questão do valor da água acho a atitude do PS, uma verdadeira deslealdade, que revela uma falta de palavra inqualificável. Nunca tal ousaria imaginar, mas aqui lamentavelmente, os factos ultrapassaram a imaginação. -----

----- Com atitudes destas, estão os eleitos do PS na Câmara, a contribuir fortemente para a falta de credibilidade dos políticos. Afirmo aqui sem nenhum problema, que quem como eu é presidente de Junta, faz das tripas coração, para conseguir gerir a autarquia, de forma a cumprir, tudo aquilo que assinou nos protocolos, e mais aquilo que não assinou, mas a que tem que dar a mão, embora não seja responsabilidade da Junta, é desmotivante, e leva-me a pensar seriamente que não vale a pena o sacrifício de alguns, para que o autoritarismo de outros se imponha desta forma. Serão tiques de socratismo?-----

----- No que se refere aos documentos propriamente, quero perguntar, em relação ao conteúdo da pág. 54, último parágrafo, onde se refere, e passo a citar, “ao serem objecto de pontuação por ordem de mérito baseada em critérios nem sempre consentâneos com a realidade e especificidade de alguns municípios, numa visão macro do território e do que se pretende (quem pretende?) que este venha a ser podem levar, e têm levado em alguns casos, à sua não consideração pela entidade gestora do PORA“ o que significa isto, é um desabafo, é uma crítica a alguém, o que é?-----

----- Em relação a algumas obras abertas em orçamento, referentes à minha freguesia, com valores irrisórios para o ano de 2009, sou de opinião que deveriam ter juntado esses valores e optarem, por construir o depósito de água em S. Luís, senão para que estar a reforçar, neste momento, a capacidade de tratamento, se não existe capacidade de armazenamento. Tenho a certeza que no próximo Verão, vamos ter problemas no abastecimento, depois cá estaremos para mostrar à população, porque é que tal acontece.-----

----- Para quê incluir obras com dotações de 10.000 €, 20.000 € ou 30.000 €, que se sabe à

partida, que com estes valores, não se vão iniciar. Não é só na minha freguesia, o orçamento está recheado de situações destas. Mais de metade das obras previstas não vão começar em 2009, para quê incluí-las? -----

----- É só para enganar as pessoas? Mas ninguém acredita nisto!... -----

----- Quero aqui lembrar o Sr. Vereador José Alberto, que ainda faltou abrir uma obra com 100.000 euritos, trata-se dos passeios na Rua do Cercal, que continuam a ser o exemplo, daquilo que se não deve fazer, que é começar a casa pelo telhado. -----

----- Disse!” -----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que referiu que não tinha visto no orçamento em causa, nada previsto em termos de infraestruturas para a zona das Brunheiras, conforme havia sido prometido numa reunião que se realizou na Associação das Brunheiras. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que manifestou o seu desacordo com as críticas e especialmente com o tom da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís. Considerou que o orçamento era adequado, real e ia de encontro às necessidades e anseios da população. ---

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que em trinta anos de política, era a primeira vez que alguém o acusava de “má fé”. Relembrou que a Câmara Municipal no protocolo tinha cumprido o que a Assembleia Municipal tinha deliberado. Relembrou ainda que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís tinha sido a última a entregar o protocolo assinado, no entanto a Câmara Municipal não tinha deixado de lhe pagar durante esse tempo, o que demonstrava que não havia qualquer tipo de má fé no tratamento daquele assunto. -----

----- Referiu ainda que muitas vezes as pessoas não se lembravam que sessenta a oitenta por cento dos investimentos de capital das Câmaras Municipais nos últimos anos, derivavam do quadro comunitário de apoio que agora tinha novas regras. Disse ainda que actualmente

poderiam haver várias alterações e revisões aos orçamentos quer no sentido de reforçarem ou inscreverem novas verbas. -----

----- Disse também que as candidaturas eram pontuadas e o quadro comunitário de apoio estava atrasado e, bem assim informou que a “abertura das candidaturas” dependia dos gestores do quadro e não dos Municípios.-----

----- Quanto à situação das Brunheiras, disse que tinha ficado acordado que fosse indicado um representante de cada uma daquelas zonas, para apoiar na confirmação do traçado dos colectores e especialmente do traçado dos ramais que estavam no estudo prévio, de modo a evitar que fossem abrangidas as casas que não estavam legais. Disse ainda que aquele estudo não estava quantificado. -----

----- Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que considerou a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, uma surpresa bastante desagradável. -----

----- Informou que no início do mês de Agosto tinha recebido uma mensagem da senhora Presidente da Junta a informar que São Luís estava sem água e que o “calvário” tinha voltado, no entanto tratava-se apenas de uma rotura de água que tinha sido reparada, não se tendo registado qualquer problema de água durante o verão do corrente ano. Informou também que tinha sido opção técnica avançar com tratamento da água em vez do depósito. -----

----- Quanto aos passeios do Cercal, referiu que a Câmara Municipal tentava que as obras fossem desenvolvidas sempre em articulação com as Juntas de Freguesias, no entanto a senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Luís tinha efectuado obras em passeios junto à estrada nacional sem qualquer comunicação à Câmara Municipal ou à empresa Estradas de Portugal, tendo a última indagado no sentido de saber o que se passava, pois não tinha emitido qualquer parecer.-----

----- Por último disse: “Já agora quando acabar as obras em torno da E.N. poderá começar os da rua do Cercal”. -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que a Junta de Freguesia tinha intervindo porque se tratava de uma zona de passagem de crianças do Bairro Municipal para a escola que não se encontrava em condições, pois cada vez que chovia as crianças ficavam molhadas.-----

----- Disse ainda que tinha consciência que a construção dos passeios era da responsabilidade da Câmara Municipal, porém naquele caso tratava-se de uma obra necessária que não era muito extensa e por esse motivo a Junta de Freguesia tinha decidido fazer a obra.-----

----- Por último disse: “O resto (...) disse porque é aquilo que senti (...), penso que todas as coisas devem ser objecto de conversa, de negociação e de uma explicação, que é dada perante um fax: este é o valor a transferir para o próximo ano. (...) Combinaram-se coisas em reuniões que depois não são cumpridas, é natural que as pessoas também se sintam”.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se conjugassem os mapas do relatório das actividades com os mapas do Orçamento, nomeadamente os que estavam no Plano de Actividades Municipais, poderiam verificar que uma boa parte daquele Orçamento já estava em execução do ano de dois mil e sete para o ano dois mil e oito.-----

----- Disse ainda que discordava quando referiam que o Orçamento não continha verbas ou estava empolado ou sub-avaliado e posteriormente reivindicavam mais e mais obras.-----

----- Lembrou que grande parte do Orçamento dependia de contractualização e de fundos comunitários, cujas regras tinham sido completamente alteradas, condicionando a estimativa da receita.-----

----- Quanto aos protocolos, disse que tinha tido a preocupação de garantir até Outubro o pagamento da verba, ou seja até à instalação dos novos Órgãos. Disse ainda: “Entendo que o novo Executivo que deve assumir essa responsabilidade, pelo seguinte as rubricas estão abertas, há ganhos de eficiência, se houver vontade para isso (...)”.-----

----- Lembrou ainda que tinham cumprido o que constava no protocolo que tinha sido

aprovado pela Assembleia Municipal. Por último disse, uma vez que se estava a falar de política: "... o que está escrito aqui é feito por uma força política e por um Presidente eleito por um partido político, se eu digo aqui que quem ganhar que se deve comprometer a isso (...) isto responsabiliza os eleitos do Partido Socialista, portanto há pelo menos um partido que cumpre...". -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto três:** AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DO MLA – MATADOURO DO LITORAL ALENTEJANO S.A.: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- "1 - ASSUNTO N.º 1073-2008 - PROPOSTA Nº 27 P - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DO MLA - MATADOURO DO LITORAL ALENTEJANO S.A.-----

----- Foi presente proposta nº 27/2008 P, datada de 10/12/2008, elaborada pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao aumento da quota do Município de Odemira no capital social do MLA – Matadouro do Litoral Alentejano, que seguidamente se transcreve: -----

----- "PROPOSTA N.º 27/2008 P -----

----- Considerando que o MLA – Matadouro do Litoral Alentejano S.A. sociedade participada pelo Município de Odemira e da qual é fundador está em plena construção e que o montante da obra, resultante dos valores das várias propostas sofreu um aumento considerável, que obriga a um aumento do capital social até ao montante de 2.000.000,00 (dois milhões de euros); - -----

----- Considerando que o Município de Odemira e o Crédito Agrícola de S. Teotónio e Aljezur são os accionistas de referência do MLA – Matadouro do Litoral Alentejano S.A. e que têm, em paridade, sido os investidores quase em exclusividade na sociedade, reconhecendo a enorme importância para o concelho de Odemira, concelhos limítrofes e até da região, que a nova unidade de abate terá na produção, na mais valia gerada, na economia em geral, até pela resposta que é necessário dar aos produtores e consumidores, dado o agravamento que as unidades em funcionamento de Setúbal, Montijo, Beja e Sousel e, ainda, o recente encerramento do Matadouro Regional do Algarve introduziram no sector; -----

----- Considerando por fim que neste momento, as necessidades de tesouraria, face ao facto das recentes dificuldades de recursos financeiros da banca em geral, tem levado a demoras não previstas em termos de um empréstimo em contratação, previsto no projecto, no valor de 1,6 M€, são uma realidade, sendo absolutamente necessário que a obra não tenha paragens, sendo assim oportuno desde já proceder-se ao aumento do capital social. -----

----- Considerando a deliberação, por unanimidade, da Assembleia Geral em aprovar na sua reunião de 09/12/2008, conforme está expresso na acta n.º 11, um aumento de capital até ao montante de 2.000.000,00 (dois milhões de euros). -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere e aprove o seguinte:-----

----- a)Proceder ao aumento da sua quota no capital social do MLA – Matadouro do Litoral Alentejano em mais 500.000,00 € (quinhentos mil euros) valor que o outro accionista de referência, o Crédito Agrícola de S. Teotónio e Aljezur acompanhará; -----

----- b)Que o aumento seja efectuado até ao montante de 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) no ano de 2008 e o remanescente em 2009, até perfazer o valor de 500.000,00 (quinhentos mil euros); -----

----- c)Que no caso da presente proposta ser aprovada, seja presente à Assembleia Municipal para apreciação, deliberação e autorização. -----

----- Odemira, em 10 de Dezembro de 2008-----

----- O Presidente da Câmara, -----

----- a) António Manuel Camilo Coelho” -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, devendo posteriormente o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

----- Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto quatro:** ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA À DENOMINADA TURISMO DO ALENTEJO LITORAL: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: ---

----- “3 - ASSUNTO N.º 1052-2008 - PROPOSTA N.º 23/2008 P - ASSOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ODEMIRA À DENOMINADA TURISMO DO ALENTEJO LITORAL-----

----- Foi presente a proposta nº 23/2008 P, datada de 15/10/2008, elaborada pelo Senhor Presidente da Câmara, na qual consta que é de inegável interesse que o Município de Odemira, participe como Membro Fundador e Efectivo na Turismo do Alentejo Litoral, a qual viu os seus estatutos aprovados através da Portaria n.º 1163/2008, de 15 de Outubro, pelo que se propõe a aprovação da Associação do Município de Odemira à denominada Turismo do Alentejo Litoral, assumindo todos os direitos e deveres que resultem da sua condição de membro da referida entidade. -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos, e bem assim, que esta depois de aprovada seja remetida à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos da Lei.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”-----

----- Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que veio esclarecer a posição e postura da Coligação Democrática Unitária nas votações anteriores deste assunto. Disse ainda: “Nós votámos contra porque havia falta de entendimento e as reuniões que existiram, portanto a nível de todas as forças políticas, chegou-se a um acordo e que penso que numa matéria como esta, da importância que tem que é o turismo e é levar o nosso Alentejo ao mundo inteiro, portanto não tinha que haver divergências, nem separação entre nós todos que aqui vivemos.”-----

----- Por último, considerou que provavelmente iria haver alguma conflitualidade entre os pólos e a Turismo do Alentejo.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que felicitou o senhor Vereador Cláudio Percheiro, pela intervenção que tinha feito, considerando que a mesma se tinha justificado e demonstrava uma atitude digna.-----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.-----

----- O senhor Ricardo Cardoso, eleito pelo Partido Socialista apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- “Aquando da proposta de Associação do Município de Odemira à denominada

Turismo do Alentejo E.R.T., alguém brindou os estatutos da mesma como (e passo a citar) “uma atitude abusiva, prepotente e antidemocrática, que constitui uma ingerência e afronta inaceitável ao poder local e ao seu livre associativismo”, e acrescentava “sendo manifestamente uma grosseira violação da lei fundamental do país, pois colide com os estatutos das Autarquias Locais”. -----

----- É estranho que passados pouco mais de 30 dias a tal “atitude abusiva, prepotente e antidemocrática” se tenha esfumado, na votação da proposta de associação do Município de Odemira à denominada Turismo do Alentejo Litoral, igualmente inserida na estratégia nacional do turismo.-----

----- Talvez a garantia de lugares por parte de Autarcas do PCP entretanto concretizada venha desvendar o significado da frase (e passo a citar) “o tempo dará razão às nossas dúvidas e demonstrará que tudo não passa de um jogo de poder e interesses pouco claros”. -----

----- Acreditem, esta frase constava da Declaração de Voto apresentada pela CDU na Câmara Municipal e posteriormente subscrita pela mesma força política na Assembleia Municipal, sendo que à altura parecia algo descabida. Hoje já lhe entendemos, tim tim por tim tim, o significado! -----

----- Nós matemo-nos a favor da estratégia nacional de turismo!”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. --

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas zero horas e cinco minutos do dia vinte de Dezembro.-----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----